



RELATÓRIO

CONTROLE INTERNO



JULHO A DEZEMBRO/2020

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS**

RUA DR. ORLANDO GONÇALVES, 231
Parque das Palmeiras /
ANGRA DOS REIS-RJ

TELEFONE: (24) 3365-5388

EMAIL:
ips.coc@angra.rj.gov.br

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORA-PRESIDENTE

Luciane Pereira Rabha

ASSESSORA ADMINISTRATIVA

Márcia Lima

ASSISTENTE DE GABINETE

Ivete Lyra

DIRETORA DE BENEFÍCIOS E SEGURADOS

Neusa Barcelos

COORDENADORA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Luizélia Gomes

DIRETORA DE CONTROLE INTERNO

Edenilze A F Dias

COORDENADORA TÉCNICA JURÍDICA

Jocélia Peres

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO

Emídio M Silva Filho

COORDENADORA DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - COMPREV

Ivete Costa

COORDENADOR DE ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS

Amadeu Damião Gonçalves

DIRETOR FINANCEIRO E DE TESOUREARIA

Ednaldo M. Dayube Júnior

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

José Francisco da Costa

SUMÁRIO

DIRETORIA EXECUTIVA	2
INTRODUÇÃO	4
ÁREAS ANALISADAS - PATRIMÔNIO	5
TESOURARIA E FINANCEIRA	6
INVESTIMENTOS	6
BENEFÍCIOS E SEGURADOS	9
FOLHA DE PAGAMENTO	10
CONTÁBIL	11
CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA	11
TRANSPARÊNCIA	11
CONCLUSÃO	12



INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado por esta Diretoria de Controle Interno, criado e regido pela Lei Municipal nº 2.074/08, a partir de 1º de janeiro de 2009, com o fito de análise do período compreendido de **julho a dezembro de 2020**.

O trabalho do Controle Interno é de assegurar o alcance dos objetivos, por meio da identificação dos possíveis riscos que possam ameaçar a boa prática de gestão dos processos, tais como cumprimento de prazos, leis e regulamentos etc., com o intuito de geração de melhoria contínua dos processos organizacionais.

O objetivo do relatório é de atender as necessidades de padronização das rotinas executadas pelos setores do Instituto, a fim de salvaguardar os recursos financeiros monitorando as atividades administrativas respaldadas às legislações vigentes e nos parâmetros de Controle Interno definidos.



ÁREAS ANALISADAS

A escolha das áreas analisadas foi realizada de forma aleatória por esta Unidade de Controle com o propósito de monitoramento e avaliação quanto as conformidades dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela gestão.

A administração do ANGRAPREV é realizada por órgãos colegiados e executivos, subdivididos em Conselho de Administração (CONSAD), Conselho Fiscal (CONFIS), Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva.

Patrimônio

O valor dos bens móveis no período teve um acréscimo de R\$ 3.222,38(três mil, duzentos e vinte e dois reais e trinta e oito centavos) , tendo sua origem advinda das aquisições que suplantaram as depreciações, conforme tabela abaixo:

Tipo	Valor Inicial no Ano	Movimentação do Período 2º SEMESTRE				Valor Líquido Final no Ano
		Entradas (R\$)		Saídas (R\$)		Correspondente ao Registro Contábil
		Aquisições	Reavaliações	Baixas	Reavaliações	
Bens Móveis						
JULHO	R\$ 104.935,50	--	--	--	R\$ 2.179,22	R\$ 102.756,28
AGOSTO	R\$ 102.756,28	R\$ 8.927,00	--	--	R\$ 2.179,22	R\$ 109.504,06
SETEMBRO	R\$ 109.504,06	R\$ 5.431,00	---	---	R\$ 2.179,22	R\$ 112.755,84
OUTUBRO	R\$ 112.755,84	R\$ 2.269,80	---	---	R\$ 2.269,48	R\$ 112.756,16
NOVEMBRO	R\$ 112.756,16	---	---	---	R\$ 2.299,14	R\$ 110.457,02
DEZEMBRO	R\$ 110.457,02	---	---	---	R\$ 2.299,14	R\$ 108.157,88

O bem imóvel foi reavaliado em Setembro, conforme laudo de avaliação, tendo um acréscimo de R\$ 106.900,34 (cento e seis mil, novecentos reais, e trinta e quatro centavos), ficando avaliado com o valor total de R\$ 1.975.798,20 (Um milhão, novecentos e setenta e cinco mil, setecentos e noventa e oito reais e vinte centavos).

Em análise aos processos administrativos de aquisição dos bens, verificamos a conformidade dos procedimentos licitatórios guardando paridade com a lei de licitação e contratos, bem como os processos de pagamento que estão em conformidade com a RESOLUÇÃO CGM Nº 009/2019.

Foi verificado também que os gastos com as aquisições de bens e prestação de serviços contratados, no período, não ultrapassaram o limite legal da taxa de administração (2%), que foi de R\$ 1.533.968,76 (Um milhão, quinhentos e trinta e três mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e seis centavos), **perfazendo no ano um montante de R\$ 2.897.670,55 (Dois milhões, oitocentos e noventa e sete mil, seiscentos e setenta reais e cinquenta e cinco centavos) – 0,21%** estando em conformidade com Portaria MPS 402/2008.

Tesouraria e Financeira

Há regularidade do repasse das contribuições dos servidores e do recolhimento das obrigações patronais da Prefeitura, Câmara, SAAE e Saúde.

Os Resgates e Aplicações são efetuadas por meio das APRs, ou seja, o Formulário padrão para a finalidade e todas as Instituições Financeiras parceiras são devidamente credenciadas dentro da normalidade legal pertinente.

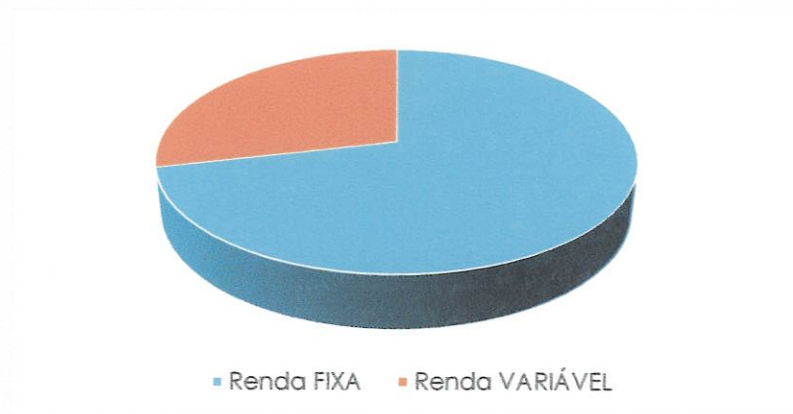
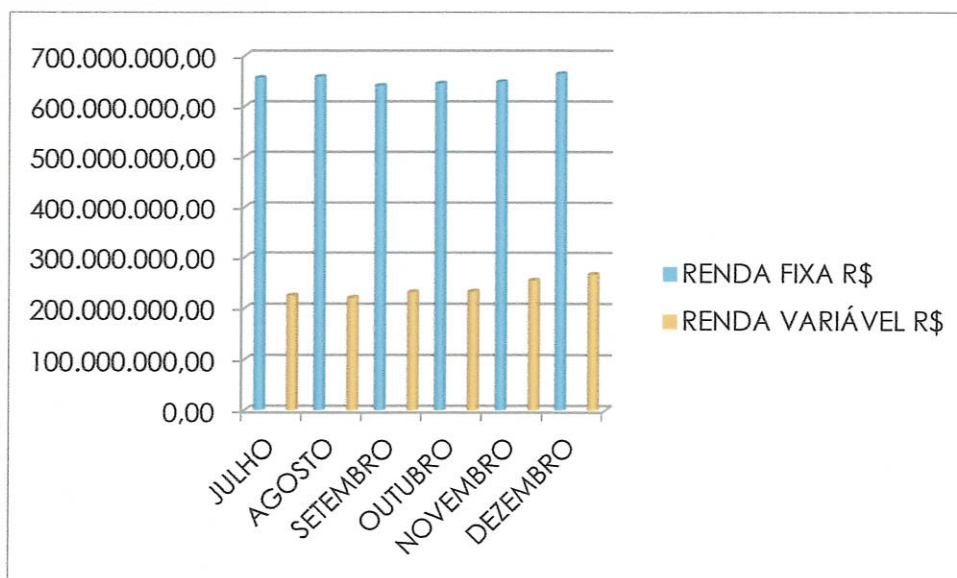
Investimentos

Os investimentos guardam paridade no que tange ao enquadramento da determinação da SPREV segundo a Lei 40208.

As aplicações são disponibilizadas através de carteira de rendimentos Fixa e Variável, conforme tabelas abaixo.

MÊS	RENDA FIXA R\$	RENDA VARIÁVEL R\$
JULHO	656.333.554,57	225.346.430,07
AGOSTO	658.475.168,06	221.135.753,28
SETEMBRO	640.367.898,25	231.934.607,68

OUTUBRO	645.069.803,00	233.287.103,54
NOVEMBRO	647.993.755,02	254.881.331,78
DEZEMBRO	663.908.813,28	266.387.199,63
APLICAÇÃO	RENDA FIXA %	RENDA VARIÁVEL %
2º SEMESTRE	71,37	28,63



META ATUARIAL anual	8,30%
RETORNO	5,01%

Em análise as atas do Comitê de Investimentos, verificamos que as informações confrontadas aos quadros dos relatórios de investimentos disponibilizados no site da empresa de consultoria Crédito

e Mercado, guardam paridade no que tange aos enquadramentos dos investimentos junto as legislações vigentes.

Nessa mesma esteira, foram analisados os documentos das instituições financeiras credenciadas apresentadas pelo setor responsável, e não vislumbramos qualquer tipo de obice nas documentações..

Quanto os Resgates e Aplicações que são efetuadas por meio das APRs, que é o Formulário padrão para a movimentação junto as instituições financeiras, verificamos que as autorizações constam em ata, bem como as mesmas estão devidamente assinadas e se encontram no portal da transparência.

Cumprir Informar que foi disponibilizada a Política de Investimentos para o ano de 2021 elaborada pelo Comitê de Investimentos, e aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Foi observado que as aplicações os fundos fixo e variáveis de investimentos, para o ano de 2021, guardam paridade com os limites estabelecidos na Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional.

O Setor responsável pelo investirmos, disponibilizou o relatório de diligência e acompanhamento sistemático relativo ao segundo semestre de 2020, onde é demonstrado a situação presente e futura de cada fundo de investimento e suas instituições financeiras. Informações que são preponderantes no item 3.2.6 – Política de Investimentos do manual Pró-Gestão.

Cumprir informar que as informações e os acessos ao site da empresa de consultoria foram disponibilizados pelo setor responsável conforme solicitação em entrevista.

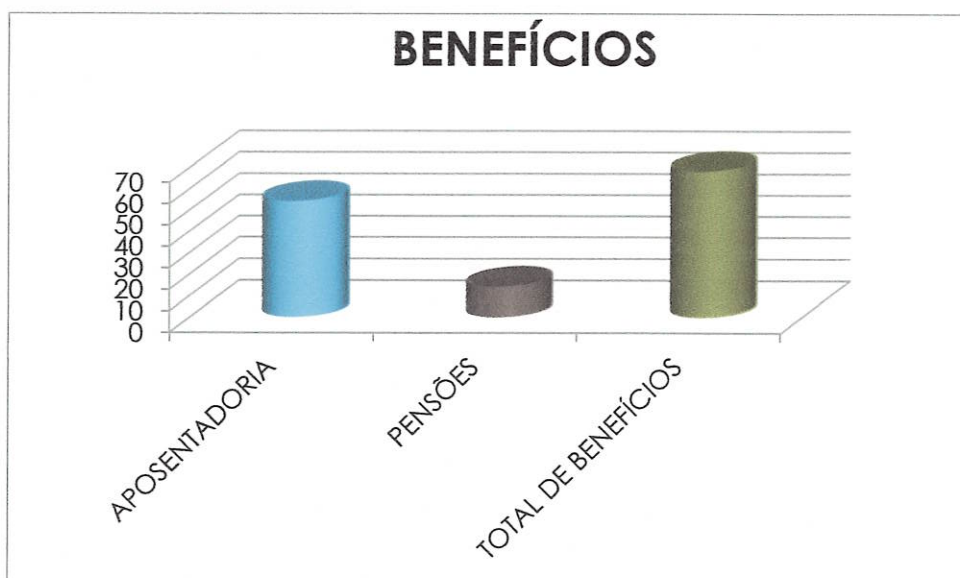
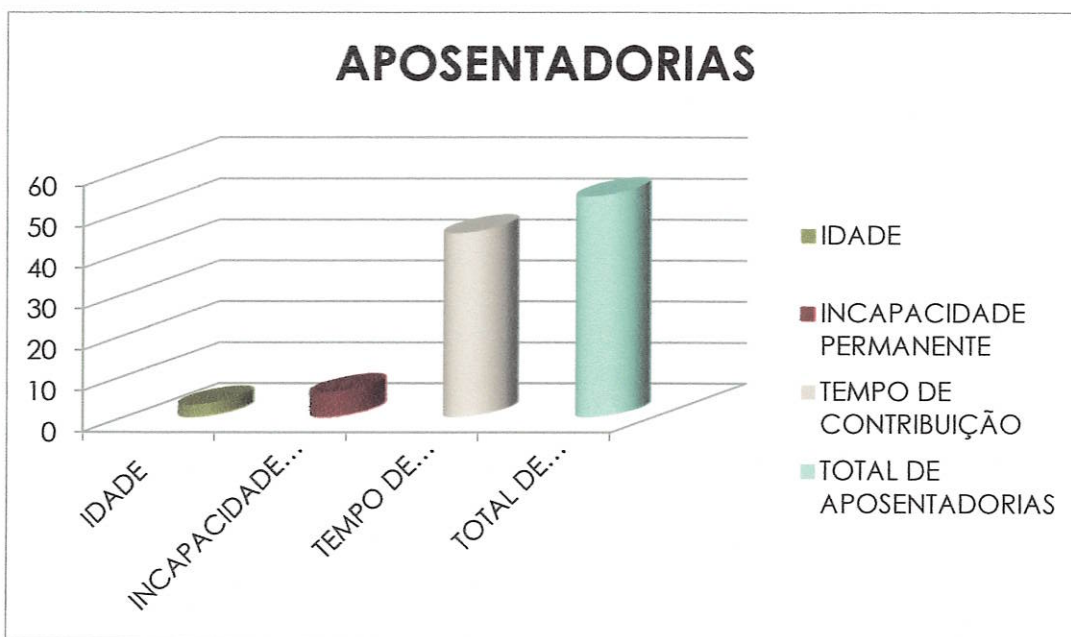
Em relação a meta atuarial no período, podemos verificar que houve um decréscimo conforme o quadro disponibilizado acima. Sendo um dos fatores a pandemia mundial que desacelerou o mercado financeiro conforme informações retiradas dos relatórios da empresa de consultoria.

Ademais, foi verificado que os membros do Comitê de investimentos estão com suas certificações em dia.

Por fim, os demonstrativos da DPIN - Demonstrativo da Política de Investimentos e o DAIR – Demonstrativo de Aplicações e Investimentos do Recursos, encontram-se devidamente lançados junto ao Sistema da Secretaria de Previdência - CADPREV.

Benefícios e Segurados

Foram concedidas **54 Aposentadorias**, sendo **45 por Tempo de Contribuição**, **06 por Incapacidade Permanente** e **03 por Idade**, bem como **14 Pensões**, perfazendo um total de **68 BENEFÍCIOS**.



Em análise aos processos de concessão de benefícios, observou-se que as informações guardam paridade sob os aspectos formais quanto à legislação vigente para a referida concessão.

Utilizando da técnica de amostragem esta unidade de controle considerou uma amostra de 30% (trinta por cento) para análise dos processos tanto para concessão de aposentadorias quanto para pensões, sendo assim, foram analisados ao todo 21(vinte e um) processos para o período de julho a dezembro de 2020.

Os processos foram escolhidos aleatoriamente a fim de verificar as conformidades no que tange aos enquadramentos dos benefícios concedidas com as legislações vigentes.

Em análise aos processos, verificou-se que as concessões dos benefícios obedeceram as formalizações quanto à legislação, bem como com suas devidas assinaturas, publicações de portarias, e envio dos processos ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Folha de Pagamento

Em análise à FP verificou-se que os pagamentos do período de janeiro a junho, estão em conformidade de acordo com planilha abaixo:

TIPO	JULHO R\$	AGOSTO R\$	SETEMBRO R\$	OUTUBRO R\$	NOVEMBRO R\$	DEZEMBRO R\$
APOSENTADORIA PMAR	6.760.517,06	6.799.962,80	6.849.218,98	6.917.098,86	7.004.149,74	7.044.777,28
PENSIONISTA PMAR	809.060,40	826.301,83	805.151,43	896.994,40	810.415,19	861.961,49
APOSENTADORIA CMAR	46.463,07	46.463,07	38.548,93	46.673,96	44.075,39	44.214,74
PENSIONISTA CMAR	33.537,68	33.537,68	33.537,68	33.537,68	40.907,89	58.007,58
Total	7.363.391,61	7.467.301,04	7.586.614,51	7.660.365,86	7.648.932,27	7.618.764,11

13º SALÁRIO	
TIPO	DEZEMBRO R\$
APOSENTADORIA PMAR	6.744.927,60
PENSIONISTA PMAR	783.170,73
APOSENTADORIA CMAR	39.791,20
PENSIONISTA CMAR	37.222,79
TOTAL	7.605.112,32

Contábil

Verificou-se, com base nas informações prestadas no SIGFIS, que não houve irregularidade nos lançamentos, cobranças e registros nos demonstrativos financeiro, orçamentário e patrimoniais.

As informações analisadas guardam paridade com a legislação contábil vigente (MCASP).

Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

Constatou-se que o CRP JUDICIAL está ativo com data de validade até o dia 26/02/2021.

Transparência

O Instituto tem buscado assegurar a atualização do site www.angra.rj.gov.br/angraprev onde são expostas as atividades desenvolvidas, dentre as quais: Balanços, Balancetes, Política de Investimentos, Atas dos Conselhos de Administração, Fiscal e Investimento, Relatório de Risco de Mercado, Legislação e outras informações que venham fomentar e facilitar a vida dos servidores ativos e inativos, respeitando assim os princípios da administração pública.

Conclusão

Esta Unidade de Controle realizou as análises das informações prestadas visando verificar as conformidades com as legislações da Secretaria de Previdência - SPREV e das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

Como parte do trabalho foi utilizada a técnica de amostragem em alguns processos administrativos para confrontar as informações prestadas nos relatórios das áreas analisadas.

Diante do exposto, os procedimentos administrativos foram operacionalizados em conformidade com bons padrões de ética, segurança e economicidade. As análises foram feitas com base nos relatórios das áreas apresentadas, bem como suas demonstrações contábeis e financeiras refletem adequadamente as operações.

Por fim, a título de informação, esta Unidade de Controle sugere que seja elaborado um **estudo técnico para adesão ao PRÓ-GESTÃO**, conforme informação constada em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em novembro de 2020.

Angra dos Reis/RJ, 18 de janeiro de 2021.



Edenílze A F Dias
Diretora de Controle Interno

